

## A ECONOMIA EXTRATIVA AMAZÔNICA E A QUESTÃO DA OFERTA DE TRABALHO: 1850-1890

**José Vergolino**

Universidade Federal de Pernambuco

### RESUMO

Este artigo aborda o crescimento da economia amazônica durante a segunda metade do século XIX. Enfatizando a disponibilidade de mão de obra como um fator que permitia que a região respondesse a demanda mundial para borracha, o estudo analisa a presença de mão-de-obra escrava.

Palavras Chaves: economia, trabalho.

*THE EXTRACTIVE ECONOMY OF THE AMAZON AND THE AVAILABILITY OF LABOR, 1850-1890.*

### ABSTRACT

*This article deals with the economy of the Amazon region during the second half of the nineteenth century. Emphasizing the availability of labor as a factor that allowed the region to respond to the world demand for rubber, the study analyzes the presence of slave labor.*

*Key Words: economy, work.*

A economia amazônica, ao longo do século XIX, apresentou taxas de crescimento do produto nitidamente ascendentes, graças a uma combinação de fatores largamente dissociados da conjuntura local. Entre os mais significativos, destaca-se o progresso tecnológico na indústria de borracha, localizado nos Estados Unidos, Inglaterra e outros países da Europa, natu-

rais demandantes de produtos potencialmente mercantilizáveis ao nível da economia local. A indústria de bicicletas, de veículos automotores e de borracha, engendrou um crescimento da demanda derivada por borracha natural extrativa produzida na região, contribuindo assim, via multiplicador e acelerador, para o crescimento da economia regional no período 1850-1910.

A rápida resposta da região ao crescimento da demanda internacional, dadas as condições tecnológicas de exploração e produção da borracha, só foi possível graças, paradoxalmente, a uma tragédia climática ocorrida na região Nordeste, qual seja, a seca de 1877-79 que, na interpretação de Furtado<sup>1</sup>, provocou o fenômeno da transumância amazônica.

Pode-se afirmar assim que o crescimento regional esteve intrinsecamente relacionado a fatores exógenos à região. Sem dispor de força de trabalho, capital e de infraestrutura de transportes - elementos fundamentais para o crescimento de uma dada região - não seria possível demarrar qualquer processo de crescimento auto-sustentado. A demanda externa foi o elemento motor do crescimento regional<sup>2</sup>.

O aspecto interessante neste processo de crescimento, e que representa o eixo central deste artigo, é o fato de que o crescimento da produção extrativa esteve embasado no uso de mão-de-obra livre, diferente, portanto, das culturas de café e açúcar, dependentes de trabalho escravo desde a implantação dessas lavouras até a data de abolição. A razão para tão significativa diferença deriva de um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, existiria uma incompatibilidade sócio-econômica entre a atividade de extração de um produto abundante na floresta tropical - mas disperso ao longo das margens dos rios, e o uso de mão-de-obra compulsória. O risco da atividade era altíssimo, tanto em termos econômicos, quanto em termos humanos. Para os empresários ligados ao setor de extração não havia interesse em adquirir escravos para operar na atividade, dado que o custo operacional de manter e fiscalizar essa mão-de-obra cativa seria bem superior à receita advinda com a utilização dessa mesma força de trabalho. O aspecto das doenças tropicais, associado ao perigo de fugas em massa, sem a mínima possibilidade de resgate, constituíam-se em fortes razões para a não incorporação de escravos africanos na atividade de extração<sup>3</sup>. Um outro elemento digno de menção que explica a reduzida ou inexpressiva quantidade de trabalho escravo na Amazônia está relacionado ao fato de que o período de gestação da economia da borracha ocorre depois de 1850, época em que o tráfico interprovincial, estava praticamente abolido e que a região Sudeste, através da cultura do café, já se constituía no eixo dinâmico da economia nacional.

Todavia, há que se chamar atenção para dois pontos importantes relativos à questão da oferta de mão-de-obra na Amazônia, e que apresen-

tam uma correlação significativa. Em primeiro lugar, o crescimento da atividade de extração da borracha, no período 1850-1900, foi alcançado graças a incorporação de mão-de-obra livre e branca. A grande seca de 1877 que se abate sobre o Nordeste transforma, radicalmente, o perfil da oferta de trabalho regional, tornando-a menos inelástica ao preço e contribuindo, decisivamente, para uma ampliação das oportunidades de investimento na região<sup>4</sup>. Sucede, todavia, que antes do "boom" da borracha extrativa - período 1890-1910 - existia na Província do Pará um estoque razoável de mão-de-obra escrava que, embora sem participar diretamente da atividade de extração foi, no nosso modo de ver, fundamental no processo de crescimento da atividade mercantil, centrado na cidade de Belém, bem como no desenvolvimento da infraestrutura desse importante núcleo urbano regional.

### Algumas Características Básicas da Atividade Extrativa

O sistema extrativo da borracha natural na Amazônia, dentro de uma perspectiva eminentemente tecnológica, caracterizava-se por um nível altamente rudimentar e, em certo sentido, predatório. Os trabalhadores adentravam nas áreas onde concentravam-se as árvores **Hevea Brasiliensis**, geralmente localizadas nas regiões ribeirinhas. Definida a área a explorar em função do número de árvores, os trabalhadores - conhecidos por extratores ou seringueiros - montavam o seu acampamento. Este acampamento, no período de gestação da exploração da borracha, era itinerante, posto que os indivíduos golpeavam as árvores com uma machadinha, que apresentava a propriedade de gerar uma rápida produção na safra, mas que se destacava por esgotar rapidamente a árvore. Assim sendo, a tendência do extrator, após a completa destruição das árvores, era migrar para outra região onde existia uma razoável concentração de árvores e dar continuidade ao processo de exploração da borracha. Durante parte do dia o extrator cortava as árvores e realizava a coleta. Concluída essa etapa era iniciado o processo de defumação, usando-se como defumadores, algumas plantas apropriadas para fornecer a borracha uma consistência e características químicas que, segundo muitos especialistas, dava ao produto final uma qualidade insubstituível no mercado internacional.

Todo esse processo, evidentemente, só poderia ser realizado durante o período de estiagem, de sorte que no período das chuvas o seringueiro permanecia ocioso. O seringueiro, para sobreviver durante a fase de extração da borracha era obrigado a recorrer ao fornecimento do proprietário de um barracão - comerciante local - que, em troca, recebia a borracha produzida. O proprietário do barracão, estava usualmente articulado a alguma

casa aviadora, invariavelmente localizada em Belém ou Manaus. A casa aviadora entregava as mercadorias - alimentos e bens de consumo durável - ao barracão e recebia, como pagamento, a borracha processada, castanha-do-Pará e outros produtos da floresta.

As casas aviadoras eram proprietárias de navios e de grandes armazéns, verdadeiros empórios onde estocavam toda a sorte de mercadorias, desde artigos de primeira necessidade até bens altamente supérfluos, para servir de elementos de troca com a borracha. Estas casas-aviadoras vendiam a borracha e outros produtos às casas exportadoras. As primeiras eram gerenciadas por portugueses e alguns brasileiros bem sucedidos, enquanto as últimas eram simples representantes das grandes indústrias estrangeiras localizadas na Inglaterra e Estados Unidos<sup>5</sup>.

Assim, as cidades de Belém e Manaus funcionavam como os principais centros de concentração da coleta da borracha produzida na Amazônia. Todavia, as bolas de borracha ainda passavam por uma transformação, não no conteúdo propriamente dito, mas, basicamente, na apresentação. A borracha chegava em bolas e, nos centros de comercialização, era cortada e encaixotada. Dessa forma existia a necessidade por parte das casas exportadoras, principalmente, de dispor de uma infraestrutura de serviços de embalagem e armazenagem acopladas ao setor de estiva local.

Acredita-se assim que nos segmentos de embalagem, armazenagem e atividades portuárias, a contribuição da mão-de-obra escrava apresentou um papel de destaque na superação da escassez da oferta de trabalho urbano. Existia uma escassez de força de trabalho para operar nesses tipos de atividade, por conta da baixa remuneração vis-à-vis a atividade de extração. Os relatórios do governo provincial do Amazonas de 1852, 1853 e 1856 dramatizam a questão. O governo provincial, durante um certo período, ainda que dispondo de recursos financeiros, não conseguia dar prosseguimento aos investimentos em obras públicas por absoluta falta de mão-de-obra disponível na cidade de Manaus<sup>6</sup>.

A questão da escassez relativa do fator trabalho na Amazônia foi equacionada através de variáveis tipicamente exógenas à região. Mas foi a carência de capital para investimento produtivo, associado a ausência de mão-de-obra qualificada e a fraca ação do Estado, como agente transformador, durante a segunda metade do século XIX, que impediram transformações estruturais na economia, consubstanciadas na passagem de uma economia extrativa para uma economia fundada no cultivo sistemático dos produtos regionais.

#### O Perfil da oferta de Trabalho na Amazônia: 1850-1890

Em uma importante interpretação do comportamento da economia regional durante o século XIX, Santos<sup>7</sup> procura, através de coeficientes técnicos fixos, estimar a população operando na atividade de extração da borracha. O Quadro I, apresenta o número de trabalhadores operando nos seringais, segundo as estimativas de Santos.

Embasado nas estatísticas de exportação das Províncias do Pará e Amazonas é possível supor que um percentual elevado dessa mão-de-obra, participava de atividades de extração na província do Pará onde estava concentrada a maior área de exploração de borracha. Um outro aspecto está relacionado ao fato de que a quase totalidade dessa força de trabalho era eminentemente branca<sup>8</sup>. Todavia, quando se compara a população escrava das províncias do Pará, Amazonas e Maranhão, com as projeções de Santos, constata-se um fenômeno deveras interessante. Por volta de 1872, ano do primeiro censo realizado no Brasil, existia um número total de trabalhadores livres alocados na extração de borracha, em menor magnitude ao estoque de escravos disponível nas províncias do Pará, Amazonas e Maranhão. Os dados da população escrava para as três principais áreas encontram-se no Quadro 2.

Operando somente com estatísticas do Censo e das matrículas de 1872, pode-se concluir que a força de trabalho escrava, considerando somente as províncias do Pará e Amazonas, era superior a população livre alocada na atividade de extração da borracha. O que se pode afirmar, em princípio, é que embora esse estoque de mão-de-obra compulsória, disponível na região não pudesse ser utilizado na atividade extrativa, em função das especificidades da atividade de extração, existiam as pré-condições, do lado do fator trabalho, para o desenvolvimento da atividade de "plantation" de árvores produtoras de bom látex na região. Todavia, por essa época, ainda não existia nenhum sinal de pesquisa agrícola na região que ensejasse o desenvolvimento de plantações de Hévea na Amazônia. Se os escravos não estavam operando na atividade de extração de borracha cabe então indagar em que atividade produtiva estava operando essa força de trabalho.

Da análise de Relatórios dos Governadores de Províncias e Consulares dos Estados Unidos e Inglaterra<sup>9</sup> pode-se afirmar que a força de trabalho escrava estava alocada nas áreas dedicadas à produção de cacau, algodão, cana-de-açúcar e arroz. Nos municípios de Cameté e Mocajuba, localizados no Rio Tocantins, encontrava-se a área produtora de cacau que, embora extrativa, apresentava uma concentração ensejando a incorporação de mão-de-obra compulsória na atividade de coleta e processamentos. A produção de algodão e arroz localizava-se na atual região bragantina, despontando os municípios de Bragança e Vigia, como principais produtores. A

área produtora de açúcar e aguardente, derivados da cana-de-açúcar, concentrava-se no município de Igarapé-Miri.

Com o crescimento da produção de borracha extrativa ao longo do período 1877-1890, como decorrência da maior incorporação de mão-de-obra livre ao processo produtivo era de se esperar, em princípio, que os proprietários de terras e senhores de escravos investissem maciçamente na produção de alimentos para suprir a demanda dos extratores. Todavia, os que os dados do Quadro 3 indicam é um declínio acentuado na produção de algodão e açúcar, combinado com uma forte estagnação da produção de cacau e arroz, indicando um forte deslocamento espacial da força de trabalho.

Como essas culturas eram desenvolvidas, em grande parte, através do concurso da mão-de-obra escrava é possível inferir que, diante de um quadro tão acentuado de queda na produção, houve um movimento espacial dessa força de trabalho. Uma hipótese alternativa poderia estar relacionada ao fato de, que não foram os escravos que migraram, mas sim a população livre trabalhando na agricultura é que se transferiu da região produtora de alimentos para a zona de extração de borracha. Essa hipótese pode ser perfeitamente descartada a partir da lúcida análise feita por Pimenta Bueno e constante de um anexo do Relatório Provincial de 1882.

Convém enfatizar, em princípio, que o Nordeste se destacou como a região supridora de mão-de-obra livre para operar no extrativismo da borracha após 1877, e que antes de 1877-79 poucos foram os períodos de estiagem prolongada no Nordeste. Tomando os dados de precipitação pluviométrica da cidade de Fortaleza como uma "proxy" para indicar os períodos de anos bons e ruins de chuva e, conseqüentemente, de atração e expulsão de mão-de-obra do sertão, pode-se inferir que, no período anterior ao acima citado, o influxo de mão-de-obra livre egresso do Nordeste com destino a Amazônia foi bastante desprezível.

Os dados do Quadro 4 indicam dois anos - 1867 e 1874 - de severa estiagem na Província do Ceará sem que existam evidências, nos relatórios provinciais do Pará e Amazonas, de um forte movimento migratório daquela província do Nordeste para a Amazônia. Com efeito, esse movimento tem o seu ponto de inflexão nos anos 1877-79, período da seca que engendrou as maiores seqüelas na economia do semi-árido nordestino.

O Quadro 5 destaca a população livre e escrava das províncias do Pará e Amazonas durante a segunda metade do século XIX. Com o crescimento da produção de borracha amplia-se a escassez de mão-de-obra para atividade agrícola de subsistência, o que impedia, em grande medida, o crescimento da oferta de alimentos para suprir as necessidades dos extrato-

res como também das populações urbanas, principalmente de Belém e Manaus.

A Província do Amazonas, antes de ser desmembrada da Província do Pará, apresentava uma produção agrícola de subsistência que satisfazia parte das necessidades da população local. Segundo o Relatório do Governo Provincial do Pará de 1848 a produção de arroz, tabaco e algodão do Amazonas foi completamente desarticulada em decorrência do crescimento da atividade extrativa<sup>10</sup>. A oferta de alimentos na cidade de Manaus, por volta de 1881, era precaríssima e, por exemplo, a oferta total de carne verde não ultrapassava a casa dos 800 Kg/dia, e vendida a um preço elevado exigindo do governo a necessidade de subsidiar o preço do produto. Fenômeno semelhante ocorria ao nível da cidade de Belém, mais próxima dos centros produtores. Alicerçado no aumento da receita provincial, oriunda da ampliação da produção e da melhoria dos preços da borracha no mercado internacional, o governo do Pará procurou investir no setor de abastecimento alimentar, objetivando criar uma infraestrutura de apoio a comercialização dos alimentos básicos à população<sup>11</sup>. É desse período - 1881 - a construção do Mercado Público do Ver-o-Peso, a um custo de 29.897 libras inglesas. O governo provincial do Pará se defrontava com a falta de apoio das elites locais para colaborar com o setor público na solução da questão do abastecimento dos núcleos urbanos. Com efeito, somente as casas exportadoras, ligadas aos capitalistas estrangeiros, deram uma efetiva colaboração às políticas de abastecimento do governo local. No relatório do Sr. Gama e Abreu existem sérias críticas à atuação dos pecuaristas do Marajó, que usavam o artifício do contrabando para vender o gado para fora do Pará, deixando de abastecer a cidade de Belém, principal centro consumidor da região. Em um relatório datado de 1867, elaborado pelo Cônsul Britânico em Belém do Pará, existem informações sobre a estagnação da produção de algodão e segundo o autor, a Cabanagem contribuiu para a destruição da atividade agrícola na Região<sup>12</sup>.

Percebe-se assim uma forte preocupação dos governadores provinciais, com a queda sistemática da produção interna de alimentos constituintes da cesta básica das famílias urbanas e dos extratores. Sucede que a solução deste problema não passava pelo simples estímulo a imigração. Com efeito, a partir dos anos oitenta, o governo provincial do Pará tenta desenvolver colônias agrícolas na Região Bragantina e no Pinheiro, mas não obteve sucesso pois os nordestinos imigrantes retornavam às suas regiões de origem, tão logo o regime de chuvas voltava a normalidade<sup>13</sup>. Em verdade as colônias agrícolas criadas, a partir de 1881, pelo governador paraense não se consolidaram em razão da escassez de recursos para a implantação

da infraestrutura de transportes. Por volta de 1885 é criada a Sociedade Paraense de Imigração<sup>14</sup> com o intuito de estimular a transferência de mão-de-obra de outras áreas do Brasil para a Amazônia e prover uma base demográfica para o crescimento da atividade produtiva não relacionada com o extrativismo. Todavia essa política mostrou-se inócua na medida em que os preços da borracha extrativa aumentavam dia a dia, no mercado internacional. Como que antevendo a futura crise de borracha extrativa, que vai se cristalizar trinta anos depois - 1910 -, Pimenta Bueno mostra o quão frágil era a base de crescimento econômico do Pará<sup>15</sup>.

O setor de construção civil, especialmente em Belém do Pará, sofria também com a escassez de mão-de-obra. Os aluguéis eram bastante elevados por conta da inexistência de oferta de novas construções. Segundo o Cônsul dos Estados Unidos em Belém, os capitalistas alocavam todos os seus recursos no setor de exploração de borracha, negligenciando os investimentos em outras atividades, especialmente em construção urbana<sup>16</sup>. A escassez de habitação em Belém era tão significativa que ensejou o aparecimento de uma firma americana que, com um capital inicial de 400.000 dólares, tentou iniciar a atividade de construção de moradias na cidade de Belém<sup>17</sup>.

Em resumo é possível imaginar que a produção extrativa vegetal, antes da seca de 1877, cresceu graças a incorporação de mão-de-obra livre que fluía do setor de subsistência para os seringais. Concomitantemente, a produção de subsistência, decrescia e a razão provável pode estar associada ao deslocamento do trabalho livre de um setor para outro, dentro da própria região. De outro lado a produção de açúcar e cacau que contava com o concurso do trabalho escravo, apresentava uma diminuição sistemática. É possível supor que, dada a hipótese da constância dos coeficientes técnicos de produção essa diminuição na produção encontrava-se associada a uma provável queda na força de trabalho alocada nessas atividades.

Uma indagação procedente estará relacionada ao destino dado a essa mão-de-obra escrava. Como o tráfico interprovincial já encontrava-se abolido, a hipótese mais plausível e mais próxima a realidade é de que essa força de trabalho migrou para os centros urbanos mais importantes da região. Como havia uma significativa escassez de mão-de-obra livre na cidade de Belém do Pará é possível supor que grande parte do trabalho escravo que fluiu para Belém o fez em função das necessidades dos comerciantes locais.

Santos<sup>18</sup> hipotetiza que "os escravos negros não participavam da produção de borracha sendo reservados para trabalhos mais 'nobres' domésticos, etc. As evidências estatísticas disponíveis indicam que esta hipótese

não procede. Os dados do Quadro 8 apresentam o perfil da população escrava da Província do Pará, segundo o censo de 1872. No tocante a afirmativa de Santos as evidências são claramente desfavoráveis. Somente 1,6% da população escrava da Província do Pará realizava trabalhos domésticos. Mais 90% dessa população encontrava-se alocada no setor rural, e 83,2% trabalhava em atividades eminentemente agrícolas. Seria muito difícil imaginar que, em uma região caracterizada pela crônica escassez de fator trabalho, um empresário iria investir recursos na aquisição de escravos e alocá-los em atividades domésticas, sabidamente de caráter improdutivo.

Os dados do Quadro 6 mostram a evolução da população escrava na cidade de Belém no período de 1851-1881. Constata-se um incremento líquido de 100 por cento na oferta de escravos bastante coerente com o crescimento daquele centro urbano. Pelas estatísticas do Cônsul da Inglaterra em Belém<sup>19</sup>, menos de 10 por cento do total da população escrava vivia, em 1874, nas pequenas cidades. Por volta de 1881<sup>20</sup>, embasado nas estatísticas do governo provincial, aproximadamente 40% da população escrava do Pará, residia na cidade de Belém.

É possível, a partir desses indicadores demográficos, desenvolver um exercício que pode rejeitar a hipótese de que os escravos localizados em Belém realizavam, basicamente, trabalhos domésticos. A população total de Belém em 1884, segundo Relatório Provincial, era da ordem de 70.000 indivíduos. Descontando os escravos - aproximadamente 10.000 - restavam 60.000 indivíduos livres. Admitindo um tamanho de família da ordem de 5 pessoas por família - hipótese bastante otimista - chega-se a um total de 12.000 famílias. Supondo, por sua vez, que somente 10% dessas famílias possuíam um nível de renda que permitia adquirir trabalho escravo, chega-se a conclusão que, na média, existiriam 9 escravos por família, um número bastante elevado para os padrões da época, caso se considere as características das habitações belemenses - Bairro da Cidade Velha, Largo da Pólvora e suas adjacências, área do atual bairro do Comércio Central - e os padrões sócio-econômico dos habitantes, na sua maioria, comerciantes portugueses. Excetuando-se as grandes, mas poucas, manões da Avenida Nazaré, S. Jerônimo, e as localizadas no entorno do Largo da Pólvora, hoje Praça da República, o restante das moradias caracterizava-se pela pequena testada - cinco a seis metros de largura e muita profundidade - ou então sobradões de 2 ou 3 andares, semelhantes aos padrões habitacionais do Recife Antigo, ainda hoje preservados, e magistralmente analisados por Gilberto Freire<sup>21</sup>, o que atuava como fator impeditivo a absorção de um número tão grave de escravos por famílias e residindo na mesma habitação.

Em resumo, pode-se constatar através das estatísticas disponíveis,

um incremento da população escrava da cidade de Belém do Pará. Evidentemente que a transferência dessa força de trabalho do setor rural para o urbano não foi engendrada pela simples mudança de atividade dos proprietários de escravos que venderam suas propriedades agrícolas e transferiram-se para uma atividade produtiva tipicamente urbana. Uma hipótese bastante plausível é que, dada a escassez de trabalho livre na cidade de Belém para executar determinadas tarefas, os empresários do setor mais dinâmico da economia, diga-se casas aviadoras, exportadores e proprietários de embarcações fluviais, entraram no mercado de trabalho escravo, passando a adquirir, por um preço compensador, essa força de trabalho que, em certa medida, encontrava-se operando a um nível de ociosidade bastante significativo, nas unidades agrícolas rurais.

Uma hipótese que necessita ser testada está relacionada ao tipo de atividade que o trabalho servil realizava, ao nível da cidade de Belém. Nos documentos Consulares e Relatórios Provinciais não existe um diagnóstico explícito sobre o assunto, mas é possível supor que uma parte significativa dessa força de trabalho, encontrava-se atrelada às atividades relacionadas ao setor de carga e descarga de mercadorias, bem como ao setor de transporte fluvial. Gilberto Freire<sup>2</sup> ao analisar o perfil dos escravos das principais áreas urbanas do Brasil, afirma que "são freqüentes nos anúncios de jornais que venho examinando, as seguintes especializações entre os homens: ca-traeiro, lenhador, talhador de carne, carreiro, sapateiro, padeiro, pescador, sangrador, cozinheiro, cambiteiro, alfaiate, caiador, carpina, marceneiro, pajem. Entre as mulheres: engomadeira, lavadeira, costureira, doceira, amade-leite, marisqueira, enfermeira, mucama." É possível que, no caso da cidade de Belém, tenha havido uma maior participação de carregadores de estivas, embaladores e de outras atividades relacionadas com a prestação de serviços relacionados tipicamente às necessidades dos setores dinâmicos da economia urbana, que no caso, eram as casas aviadoras e os agentes exportadores.

Acredita-se que utilizando metodologia semelhante à de Gilberto Freire - uso de anúncio de jornais - e combinando com os estudos dos inventários do período, será possível explicar, com melhor propriedade, esta faceta do trabalho servil na Amazônia. Este artigo representou uma contribuição, na margem, para o estudo da problemática da oferta de trabalho na Amazônia, durante a segunda metade do século XIX.

### QUADRO 1

Pessoal em Atividade na Exploração da Borracha Amazônia

A N O	TRABALHADORES Hipótese II
1850	3.350
1860	9.646
1870	21.349
1872	21.696
1880	33.076
1890	58.517

FONTE: Santos, Roberto. Op.cit.pg.66. Coluna 4.

### QUADRO 2

População Escrava Pará, Amazonas e Maranhão 1872

PROVÍNCIAS	CENSO DE 1872	MATRÍCULAS DE 1872	CONSULADO 1874
Pará	27.458	30.898	14.611
Amazonas	979	1.183	1.183
Maranhão	75.273	74.939	74.939

FONTE: Colunas 1 e 2 em Slenes, Robert W., "O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX" em Estudos Econômicos, 13(2): 117-149, Jan/Abril, FINE/USP, 1983. Coluna 3 em Great Britain.

Report on the Consular Districts. Commercial nº 4, 1875.  
Part II, March, 1875, pp. 321.

### QUADRO 3

Província do Pará  
Produção Agrícola e Extrativa  
1877-1890

Anos	Borracha (t)	Castanha (1.000 ha)	Cacau (t)	Algodão (t)	Açúcar (t)	Arroz (t)
1877	7.247	111	2.933	7,6	...	815
1878	7.528	82	2.241	5,7	999	904
1879	7.906	31	4.805	4,6	1.313	1.068
1880	7.792	99	3.034	2,0	1.071	892
1881	8.153	106	4.881	3,6	1.374	1.423
1882	10.210	81	6.181	8,9	1.130	704
1883	9.840	52	5.291	7,9	835	690
1884	10.757	144	5.112	5,2	589	465
1885	11.418	51	3.536	2,8	276	486
1886	11.484	40	2.068	5,2	425	375
1887	11.901	85	4.044	0,4	216	538
1888	12.713	124	6.717	0,0	95	620
1889	12.786	52	4.141	3,3	72	743
1890	12.953	13	3.199	0,4	22	673

FONTE: Bentes, Dionysio Ausier Bentes. "Mensagem apresentada ao congresso Legislativo do Estado em Abertura da 2ª Reunião da 12ª Legislatura, 7 de setembro de 1925". Tipografia Lauro Sodré, Pará, 1925.

**QUADRO 4**  
 Ceará  
 Precipitação Pluviométrica na Cidade de Fortaleza  
 1849-1882

A N O	Nº D I A S	PRECIPITAÇÃO (mm)
1849	112	1.907
1850	76	1.022
1851	103	1.414
1852	102	1.514
1853	64	1.005
1854	100	1.568
1855	119	1.076
1856	78	1.760
1857	87	1.746
1858	101	1.305
1859	137	1.337
1860	111	1.753
1861	114	1.426
1862	131	1.466
1863	82	1.430
1864	110	1.097
1865	117	1.233
1866	84	2.453
1867	139	853
1868	118	1.390
1869	111	1.534
1870	137	1.614
1871	167	1.440
1872	124	2.290
1873	73	2.042
1874	121	855
1875	114	1.614
1876	64	1.637
1877	40	473
1878	71	517
1879	133	621
1880	110	1.539

A N O	Nº D I A S	PRECIPITAÇÃO (mm)
1881	115	1.237
1882	117	1.264

FONTE: Great Britain. "Reports, from Her Majesty's Consuls on the Manufactures, Commerce, of the consular Districts", Commercial nº 28, Part. VIII. (Trade Reports), 1883, pp.1116.

**QUADRO 5**  
População do Pará e Amazonas

ANOS	P A R Á		TOTAL	A M A Z O N A S		TOTAL
	Livre	Escravos		Livres	Escravos	
1851	-	-	-	29.048	750	29.798 <sup>(1)</sup>
1855	167.909	30.847	198.758	40.907	912	41.819 <sup>(2)</sup>
1861	185.300	30.623	215.923 <sup>(2)</sup>	-	-	46.187 <sup>(2)</sup>
1872	247.614	27.458	275.072 <sup>(3)</sup>	56.631	979	57.610 <sup>(3)</sup>

FONTE: (1) Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo Exmo. Sr. João Pedro Dias Vieira, Presidente desta Província no dia 8 de Julho de 1856, Barra do Rio Negro, 1856; (2) Tavares Bastos, A.C. **O Valle do Amazonas**, Rio de Janeiro, B.L. Garnier Press, 1856, pp. 163-166. (3) Brasil. IBGE, **Séries Estatísticas Retrospectivas**, Volume I, Rio de Janeiro 1986.

**QUADRO 6**  
 População em Belém do Pará  
 - Diversos Anos -

ANOS	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
1851	20.000	5.000	25.000
1867	35.000	6.000	41.000
1872	...	...	53.150
1881	...	10.928	...
1884	...	...	70.000

FONTES: (1) U.S. Government. "Consul Report the U.S. Government." December, 1851. (2) Great Britain, "Commercial Reports The Foreign Office from her Majesty's Consuls", London. 1867. Part.I, pg.281 (3) "Relatório Apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 2ª Sessão da 22ª Legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exmo. Sr. José Coelho da Gama e Abreu", 1881, pp.75-76. (4) Relatório do Visconde de Marajá, op.cit.pg.70.

### QUADRO 7

Pará - População Escrava por Município  
1881

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE	MUNICÍPIOS	QUANTIDADE
Belém	10,928	Alenguer	301
Cametá	2,794	Guarupa	290
Igarapé-Miri	2,034	São Sebastião B. Vista	274
Santarém	1,142	Curuçá	249
Óbidos	974	Monte Alegre	233
Acará	837	Vizeu	195
Moju	796	Ourem	191
S. Miguel do			
Guamá	731	Cintra	184
Breves	704	São Caetano Odivellas	176
Chaves	625	Monsaras	167
Vigia	620	Baião	151
Muaná	574	Curralinho	122
Cachoeira	567	Mazagão	109
Bragança	556	Marapanim	105
Ponta de Pedrosa	499	Faro	101
Macapá	398	Porto de Moz	93
Mocajuba	339	Portel	77
Souré	312	Villa Franca	67
Melgaço	52	Itaituba	45
Oeiras	47	Souzel	24
		T o t a l	28,633

FONTE: "Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 2ª Sessão da 22ª Legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo Ilmo Sr. José Coelho da Gama e Abreu". Pará. Tipografia do Diário de Notícias, Costa & Campbell, 1881, pp. 75-76.

**QUADRO 8**  
 População Escrava da Província do Pará  
 Dezembro - 1874

ESPECIFICAÇÃO	%
<b>SEXO</b>	
Homem	49,3
Mulher	50,7
<b>ESTADO CIVIL</b>	
Solteiro	96,7
Casado	3,0
Viúvo	0,3
<b>IDADE</b>	
Acima de 1 ano	1,5
Entre 1 e 7 ano	18,8
Entre 7 e 14 anos	18,2
Entre 14 e 21 anos	16,7
Entre 21 e 40 anos	31,6
Entre 40 e 50 anos	7,0
Entre 50 e 60 anos	3,5
Acima de 60 anos	0,7
<b>PROFISSÃO</b>	
Agricultura	83,2
Artistas	6,1
Domésticas	1,6
Sem profissão	3,6
Desconhecido	5,5
<b>RESIDÊNCIA</b>	
Urbana	9,0
Rural	91,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Great Britain, Consular Reports, **Report on the Consular Districts**, Commercial, nº 4, 1875, Part.II March, 1875, p. 321

## NOTAS

- 1 Furtado, Celso. Formação Econômica do Brasil. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1959.
- 2 North, Douglas. "Location Theory and Regional Economic-Growth" in Regional Development and Planning - A Reader. Edit. por Friedman, J. e Alonso, W. MIT Press, Cambridge, 1964.
- 3 MacLachlan apresenta um bom argumento para explicar a não incorporação de trabalho escravo, de origem africana, no segmento de extração da borracha. Pearson descreve, por sua vez com bastante propriedade, o dia a dia do extrator da borracha na floresta amazônica. Veja-se MacLachlan, Colin M., "African Slave Trade and Economic Development in Amazonas, 1700-1800" em **Slavery and Race Relation in Latin America**. Editor Robert Toplin, Greenwood Press, 1974, pp. 112-145 e Pearson, Henry C. "The Rubber of the Amazon". **The Indian Rubber World**. New York, 1911.
- 4 A dramaticidade da escassez relativa de fator trabalho na região pode ser avaliada a partir da leitura dos relatórios dos governos provinciais. Para o caso do Estado do Amazonas leia-se "Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial pelo Exm<sup>o</sup> Sr. João Pedro Dias Vieira, Presidente desta Província no dia 8 de Julho de 1856", Barra do Rio Negro, 1856.
- 5 Para uma análise do papel das casas aviadoras leia-se Weinstein, Barbara "The Amazon Rubber Boom 1850-1920", Stanford University Press, California, 1983, 341 p. e Vergolino, José Raimundo "Regional Unequal Development: The Case of Amazon Region (1880-1960)". Ph.D. Dissertation, University of Illinois at Urbana-Champaign, 1985, pp. 310.
- 6 Leia-se os relatórios provinciais abaixo especificados:  
Amazonas. Relatório que, em seguida ao do Exm<sup>o</sup> Presidente da Província do Pará e em virtude da Circular de 11 de março de 1848, fez sobre o Estado da Província do Amazonas depois da instalação dela e de haver tomado posse o seu 1<sup>o</sup> Presidente e Exm<sup>o</sup> Sr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Amazonas, Tipografia de M. da S. Ramos. 1852.  
Amazonas. Relatório apresentado ao Ilm<sup>o</sup> Sr. Conselheiro Herculano Ferreira Pena, Presidente da Província do Amazonas pelo 1<sup>o</sup> Vice-Presidente Ilmo. Sr. Manoel Gomes Correa de Miranda. Manaus. 1853.  
Amazonas. Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial pelo Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. João Dias Vieira, Original Presidente desta Província. 8 de Julho de 1856, Barra do Rio Negro, 1856.

- 7 Santos, Roberto. *História Econômica da Amazônia. 1800-1920*. T.A. Quairoz Editor. S. Paulo, 1980.
- 8 Leia-se o Relatório Consular Inglês que trata desse problema.  
Great Britain, "Commercial Reports received at the Foreign Office from her Majesty's consul during the year 1869". February, 1871, pp. 570.
- 9 Great Britain. Reports from Her Majesty's Consuls on the Manufactures, Commerce, etc. of Their Consular Districts. Commercial nº 4 (Trade Reports). Part II. March, 1875. Great Britain. Reports from Her Majesty's Consuls on the Manufactures, Commerce, etc. of their Consular Districts Commercial nº 1 (Trade Reports). Part I. London, 1878. Pará. Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial da 2ª Sessão, Dr. José Coelho da Gama e Abreu. Pará. 1881. Pará. Relatório com que o Exmo. Sr. General Visconde de Maracajá passou a administração da Província ao 2º Vice-Presidente Exmº Sr. Dr. José de Araujo Roso Danim, no dia 24 de Junho de 1884. Pará. Imprensa Costa Jr. 1884. Pará. Fala com que o Exmº Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas abriu a sessão extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial do Pará in 1887. Belém, 1877.
- 10 Leia-se o "Relatório que em seguida ao do Exmº Sr. Presidente da Província do Pará e em virtude da circular de 11 de março de 1848 fez sobre o Estado da Província do Amazonas depois da instalação dela e de haver tomado posse o seu 1º Presidente o Exmº Sr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha", Amazonas, Tipografia da M. da Silva Ramos, 1852. "Fala com que o Exmº Sr. Satyro de Oliveira Dias, Presidente da Província do Amazonas, abriu a 2ª Sessão da 15a. Legislatura da Assembléia Provincial, em 4 de abril de 1881, Manaus, 1881.
- 11 "Orçamento para um mercado público, que deve ser situado em local em frente ao Ver-o-Peso, e devendo esta obra ser feita de ferro, como se usa nas obras modernas desta ordem pedi para a Inglaterra, por intermédio do Sr. Henrique de La Roque... O plano que vos apresento é talvez um dos mais belos de que tenho notícia; como vereis, a importância do material posto aqui, é de 29,897 libras" em "Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na 2ª Sessão da 22ª Legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exmo. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu", Pará Tipografia do Diário de Notícias, Costa e Campbell, 1881.
- 12 Great Britain, "Commercial Reports Received at the Foreign Office, during the Year 1867", Part. I, London, 1867, pp. 281-295.
- 13 Leia-se o Relatório de Gama de Abreu, Pará, 1881, op.cit.pg.38.
- 14 "Relatório com que o Exmº Sr. General Visconde de Maracajá passou a

administração da Província ao 2º Vice-Presidente Exmº Sr. Dr. José de Araújo Roso Danim, no dia 24 de Junho de 1884”, Pará, Tip. Costa Jr., 1884.

- 15 “E ninguém se iluda com o progresso espantoso que apresenta o Pará. Esse progresso é fictício, não tem bases, acaba cedo, se o governo não tomar providência” in “Falla com que o Exmº Sr. Dr. João Pedrosa abriu a 1ª Sessão da 25ª Legislatura da Assembléa Legislativa da Província do Pará. Tipografia Francisco Costa Jr., 1882, pg. 47.
- 16 United States Consular Reports, “Reports from the Consul of the United States on the Commerce, Manufactures, etc., their Consular Districts”, nº 49, January, 1885, pg. 117.
- 17 United States Consular Reports, 1885, op.cit. página 116.
- 18 Santos, Roberto. “História Econômica da Amazônia (1800-1910)”. Edit. T. A. Queiroz, 1980. pg.63.
- 19 Great Britain. Consular Reports. **Report on the Consular Districts.** Commercial nº 4, 1875, Part. II, March, 1875, p. 321.
- 20 “Relatório Apresentado a Assembléa de 1881 Pelo Exmo. Sr. José Coelho da Gama e Abreu”, Pará, Tipografia Diário de Notícias, Costa & Campbell, 1881, pgs.75-76.
- 21 Freyre, Gilberto. “Sobrados e Mucambos”.
- 22 Freyre, Gilberto. “O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX”, Brasileira, Vol. 370. Cia Editora Nacional e IJNPS, 2ª edição, S. Paulo, 1979, pg. 44.

Endereço para correspondência:

José Vergolino

PIMES. Departamento de Economia

Universidade Federal de Pernambuco

Recife - PE